

**ATA DA CENTÉSIMA TERCEIRA SESSÃO ORDINÁRIA DA PRIMEIRA SESSÃO
LEGISLATIVA DA DÉCIMA SEGUNDA LEGISLATURA DA ASSEMBLEIA
LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL**

Aos quatorze dias do mês de novembro do ano de dois mil e vinte e três, às nove horas e trinta e seis minutos, no Plenário Deputado Júlio Maia, sob a presidência do senhor deputado Gerson Claro e secretariada pelos deputados Paulo Corrêa e Pedro Kemp, primeiro e segundo-secretário, verificada a lista de presença e constatada a existência de número legal, de forma presencial foi aberta a presente Sessão Ordinária.

PRESIDENTE (deputado Gerson Claro - PP) — Bom dia, senhoras e senhores! Havendo número legal, declaro aberta a presente Sessão Ordinária. Quero agradecer aos alunos da Escola Estadual Professor Ezequiel Balbino, do município de Anaurilândia, em nome da diretora Paloma Bispo de Angeles, dos professores Célio de Oliveira, Débora Ferreira, Lucas Leão, Luana Ribeiro, Diógenes Silva e Maria Eunice Brito. Obrigado pela presença de todos. Sintam-se bem-vindos aqui na Casa da democracia de Mato Grosso do Sul. **PEQUENO EXPEDIENTE**. Com a palavra, o senhor segundo-secretário, deputado Pedro Kemp, para a leitura da ata da sessão anterior.

SEGUNDO-SECRETÁRIO (deputado Pedro Kemp - PT) — Bom dia, senhor presidente e senhores deputados. *"Ata da Centésima segunda Sessão Ordinária da Primeira Sessão Legislativa da Décima Segunda Legislatura da Assembleia Legislativa do Estado de Mato Grosso do Sul. Aos nove dias do mês de novembro do ano de dois mil e vinte e três, às nove horas e trinta e sete minutos, no Plenário Deputado Júlio Maia, sob a Presidência do senhor deputado Gerson Claro e secretariada pelos deputados Paulo Corrêa e Pedro Kemp, primeiro e segundo-secretário, verificada a presença dos deputados e constatada a existência de número legal, foi aberta a Sessão Ordinária. PEQUENO EXPEDIENTE – Lida e aprovada a Ata de número Cento e Vinte e Cinco da Centésima Primeira Sessão Ordinária. Pelo senhor primeiro-secretário foram lidos os seguintes expedientes: Ofício nº 258/2023, do Ministério de Minas e Energia; Ofícios nºs 611, 621 e 622/2023, da Caixa Econômica Federal; Ofício nº 0126652/33/005086/2023, da Defensoria Pública de Mato Grosso do Sul; Ofício nº 5.945/2023, da Secretaria Municipal de Educação de Campo Grande. SEGUNDA PARTE DO PEQUENO EXPEDIENTE – Usaram da palavra os deputados Pedro Kemp, Zeca do PT e Renato Câmara. Sobre a mesa, proposições apresentadas pelos deputados Gleice Jane, Junior Mochi, Coronel David, Zé Teixeira, Jamilson Name e Rafael Tavares. GRANDE EXPEDIENTE – Usou da palavra o deputado Pedro Kemp. ORDEM DO DIA – Foi aprovado, em redação final e votação nominal, o Projeto de Lei nº 200/2023, de autoria do Poder Executivo. Foram aprovadas, em segunda discussão e votação nominal, as seguintes proposições: Projeto de Lei nº 138/2023, de autoria do deputado Roberto Hashioka; Projeto de Lei nº 167/2023, de autoria do deputado Gerson Claro. Foram aprovadas, em primeira discussão e votação nominal, as seguintes proposições: Projeto de Lei Complementar nº 16/2023, de autoria do Tribunal de Contas; Projeto de Lei nº 304/2023, de autoria do Poder Executivo. Foram aprovadas, em discussão única e votação simbólica, as seguintes proposições: requerimento de moção de pesar, de autoria do deputado Professor Rinaldo, endereçada aos familiares de Fernando Veloso Machado; requerimento de moção de congratulação, de autoria do deputado Professor Rinaldo, endereçada ao senhor Fabiano Reis de Oliveira, em decorrência de sua vitória nas eleições do Sindicato dos Servidores do Poder Judiciário do Estado de Mato Grosso do Sul (Sindijus/MS); requerimento, de autoria da deputada Mara Caseiro, solicitando a reserva do Plenário Deputado Júlio Maia para Sessão Solene de entrega de prêmios do 1º Concurso de Redação da Escola do Legislativo – Senador Ramez Tebet e Assembleia Legislativa do Estado de Mato Grosso do*

Sul, na data de 12 de dezembro de 2023, das 13h às 18hs; indicações, de autoria dos deputados Jamilson Name, Professor Rinaldo, Renato Câmara, Antonio Vaz, Gleice Jane, Pedrossian Neto, Zé Teixeira e João César Mattogrosso. **EXPLICAÇÕES PESSOAIS** – Não houve oradores inscritos. Nada mais havendo a tratar, o senhor presidente encerrou a presente Sessão e, para constar, mandou lavrar a presente ata que, depois de lida e aprovada, será devidamente assinada. Plenário Deputado Júlio Maia, nove de novembro do ano de dois mil e vinte e três". Foi lida a ata, senhor presidente.

PRESIDENTE (deputado Gerson Claro - PP) — Em discussão a ata que acaba de ser lida. Não havendo quem queira impugná-la, dou-a por aprovada. Com a palavra, o senhor primeiro-secretário, deputado Paulo Corrêa, para fazer a leitura do expediente.

PRIMEIRO-SECRETÁRIO (deputado Paulo Corrêa - PSDB) — Quero cumprimentar, também, os alunos do município de Anaurilândia, que nos visitam, senhor presidente. Cheguei a confundir e gostaria de pedir desculpas, porque a banda de Alcinópolis está lá fora e, se possível, mais tarde, vamos recebê-la. Não sei se vocês estão cientes, mas é a banda número um de Mato Grosso do Sul, originária do município de Alcinópolis, situado no norte do nosso estado. Sejam todos bem-vindos! Um abraço também ao Edinho, prefeito de Anaurilândia, e a todos de lá. Expediente da Sessão Ordinária do dia 14 de novembro de 2023. Mensagem nº 46/2023, do Poder Executivo, encaminhando projeto de lei que "Altera a redação de dispositivos da Lei nº 5.724, de 23 de setembro de 2021, que institui o Programa MS Alfabetiza - Todos pela Alfabetização da Criança, cria o Prêmio Escola Destaque, e dá outras providências" (Prot. nº 6128/2023); Mensagem nº 47/2023, do Poder Executivo, encaminhando projeto de lei que "Altera dispositivo da Lei nº 5.804, de 16 de dezembro de 2021, que autoriza o Poder Executivo a realizar reembolso, em dinheiro, do valor nominal relativo ao incentivo fiscal pago ao produtor rural por estabelecimento frigorífico, nos termos do Programa de Avanços na Pecuária de Mato Grosso do Sul (Proape), de forma alternativa à compensação de débitos de ICMS, nas situações que especifica" (Prot. nº 6138/2023); Mensagem nº 48/2023, do Poder Executivo, encaminhando projeto de lei que "Acrescenta dispositivos à Lei nº 4.828, de 14 de dezembro de 2012, que estabelece os valores das taxas da Tabela de Serviços do Departamento Estadual de Trânsito de Mato Grosso do Sul (Detran/MS)" (Prot. nº 6.139/2023); Ofício nº 198.759/2023, do Departamento Nacional de Infraestrutura de Transportes, respondendo à indicação do deputado Zeca do PT (Prot. nº 4421/2023); Ofício nº 3.916/2023, da Secretaria Municipal de Meio Ambiente e Gestão Urbana de Campo Grande, respondendo à indicação do deputado Coronel David (Prot. nº 5115/2023); Ofícios nºs 2.364 e 2.414/2023, da Empresa de Saneamento de Mato Grosso do Sul, respondendo às indicações da deputada Mara Caseiro (Prot. nºs 4626, 4573/2023); Carta nº 657/2023, da Energisa Mato Grosso do Sul, respondendo à indicação do deputado Antonio Vaz (Prot. nº 4.858/2023). Senhor presidente, foi lido o expediente.

PRESIDENTE (deputado Gerson Claro - PP) — Passemos à **Segunda Parte** do Pequeno Expediente. Com a palavra, o nobre deputado Pedro Kemp.

DEPUTADO PEDRO KEMP (PT) — Senhor Presidente, senhores deputados, eu gostaria de apresentar inicialmente duas indicações. A primeira delas é

a seguinte: indico à Mesa Diretora, na forma regimental, que seja encaminhado expediente deste Poder à senhora Sandra Teresa Bedin Garcia, secretária municipal de Saúde do município de Pedro Gomes, solicitando meios de viabilizar a distribuição de medicamentos nas unidades de saúde aos finais de semana. Justificativa: os moradores de Pedro Gomes que buscaram apoio em nosso gabinete estão solicitando a intervenção junto à prefeitura para que seja disponibilizado atendimento na distribuição de medicamentos nas unidades de saúde aos finais de semana, pois, de acordo com os moradores, os postos de saúde, onde estão localizadas as farmácias municipais, só abrem durante a semana, deixando os atendimentos nos finais de semana restritos aos hospitais. Outra indicação, senhor presidente, é endereçada ao senhor Euro Nunes Varanis Junior, superintendente regional do Departamento Nacional de Infraestrutura de Transporte (Dnit) no estado de Mato Grosso do Sul, solicitando estudos no sentido de implementar na BR-163, KM 529, meios de viabilizar o acesso à MS-244, onde está localizada a comunidade Bonfim, no município de Jaraguari. De acordo com as informações dos moradores, eles enfrentam muitas dificuldades para acessar a comunidade, que fica localizada na MS-244. Tendo em vista a ausência de meios para atravessar a BR-163, a situação vem causando muitos acidentes graves, inclusive resultando em mortes. Por último, senhor presidente, quero apresentar uma indicação deste Poder ao senhor Sandoval Feitosa, diretor-geral da Agência Nacional de Energia Elétrica (Aneel), solicitando medidas no sentido de determinar a abertura de procedimento competente, com vistas a fiscalizar os contratos de concessão de prestação do serviço de energia elétrica da empresa Energisa, que atua no estado de Mato Grosso do Sul, tendo em vista inúmeras e reiteradas reclamações referentes à qualidade dos serviços prestados, e o alto valor da tarifa que os consumidores estão pagando, fatos que descredenciam a empresa para a renovação do contrato de concessão com o estado de Mato Grosso do Sul. Justificativa: muitas são as reclamações encaminhadas pela população à Assembleia Legislativa, referentes à falta de qualidade dos serviços prestados pela empresa Energisa, que pode ser considerada uma pentacampeã de reclamações no Procon/MS. A principal reclamação consiste no valor da tarifa, que está entre as dez mais caras do país, situação agravada nos meses de calor, tendo em vista que algumas famílias relatam que, de setembro a outubro de 2023, a tarifa chegou a subir mais de 200%. Além do alto valor da tarifa, os consumidores reclamam da falta de qualidade na prestação de serviço, uma vez que ocorrem muitos cortes no fornecimento de energia, tanto que, em municípios do interior, como Juti, a economia local sofre prejuízo, porque a instabilidade da rede prejudica os moradores e comerciantes da cidade e do campo, incluindo os produtores de leite e derivados, da agricultura familiar, atividade econômica importante para a população no município. Outro problema relacionado à qualidade da prestação do serviço é a terceirização do trabalho na manutenção da rede. Para atender à meta de redução dos custos, passaram a contratar pessoal com pouca capacitação e conhecimento técnico para executar de forma segura e eficiente a solução dos problemas da rede de distribuição. Dessa forma, com fundamento no artigo 3º, inciso IV, da Lei nº 9.427, de dezembro de 2023, que institui a Aneel, requeremos medidas administrativas para apurar as condições do contrato de concessão da empresa Energisa S/A, no sentido de avaliar a qualidade do serviço público prestado, especialmente porque está em discussão a antecipação da renovação do contrato da concessão que vencerá em 2027. Pela ordem, senhor presidente.

PRESIDENTE (deputado Gerson Claro - PP) — Pela ordem, o deputado Pedro Kemp.

DEPUTADO PEDRO KEMP (PT) — Senhor presidente, eu gostaria de aproveitar este momento, no Pequeno Expediente, para registrar a chegada do último avião que trouxe os brasileiros e seus familiares que estavam na Faixa de Gaza. Isso demonstra a eficiência do governo federal em repatriar os brasileiros que estavam em Israel e na Faixa de Gaza. O exemplo dado pelo governo brasileiro nos últimos dias de conflito entre Israel e o grupo Hamas é digno de reconhecimento mundial. Os brasileiros que estavam lá chegaram ontem ao Brasil, e foram recebidos pelo presidente e sua comitiva, trazendo paz e tranquilidade a essas famílias. Acredito que seria de bom tom a Assembleia Legislativa expressar suas congratulações ao governo brasileiro por essa eficiência e compromisso em repatriar os brasileiros que estavam na região de conflito, dessa forma, estamos saudando todos aqueles que retornaram ao Brasil tendo a oportunidade de reconstruir suas vidas aqui, em paz e tranquilidade. Portanto, senhor presidente, acredito que seria muito interessante a Assembleia Legislativa expressar seu reconhecimento ao governo federal por esse trabalho realizado por toda a equipe do Itamaraty e do Palácio do Planalto, para trazer de volta os nossos irmãos brasileiros. Muito obrigado.

PRESIDENTE (deputado Gerson Claro - PP) — Com a palavra, o nobre deputado Antonio Vaz.

DEPUTADO ANTONIO VAZ (Republicanos) — Bom dia a todos. Eu fico feliz com essa notícia, deputado Pedro Kemp, entretanto, trata-se de um grupo de terrorista: o Hamas. Tenho um projeto de lei para apresentar nesta manhã. Ele declara de Utilidade Pública Estadual a Escolinha de Futebol Bola de Ouro, sediada em Campo Grande. Fundada em 15 de novembro de 2004, a Escolinha de Futebol Bola de Ouro tem como finalidade a promoção de atividades de relevância pública e social. Realiza ações que visam à integração dos associados, fomentando o espírito de coletividade e colaboração para atendimento aos seus beneficiários em suas diversas necessidades nas áreas da assistência social, esporte, saúde, cultura e lazer. Indico à Mesa Diretora, ouvido o colendo Plenário, que seja encaminhado expediente deste Poder Legislativo ao senhor Eduardo Riedel, governador do estado de Mato Grosso do Sul, com cópias ao senhor Renato Marcilio da Silva, diretor-presidente da Sanesul, e ao senhor Edson Roberto Pereira Valente, diretor comercial e de operações na Sanesul, para que seja realizado o abastecimento e a canalização de água, com a implantação de hidrômetros no assentamento Guaicurus, no município de Bonito. A proposta visa atender à solicitação encaminhada diretamente ao gabinete deste parlamentar pelo senhor Roberto Carlos, presidente do Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Bonito. A comunidade depende da água para as necessidades básicas, como beber, cozinhar e irrigar, portanto. A falta desse acesso regular à água potável é uma questão que afeta diretamente a qualidade de vida e o bem-estar dos residentes da comunidade. Indico à Mesa, observadas as disposições regimentais, após ouvido o colendo Plenário, que seja encaminhado expediente deste Poder à prefeita de Campo Grande, senhora Adriane Lopes, com cópia autônoma ao senhor Janine de Lima Bruno, diretor-presidente da Agetran, solicitando a realização de estudos de viabilidade técnica, no sentido de que a

rua Benjamin Adese, no Jardim Leblon, nesta capital, passe a ter sentido único de direção. É só isso, senhor presidente.

PRESIDENTE (deputado Gerson Claro - PP) — Com a palavra, o nobre deputado Coronel David. Com a palavra, o deputado Zeca do PT.

DEPUTADO ZECA DO PT (PT) — Senhor presidente, senhores deputados e deputadas, plateia que nos assiste e telespectadores, primeiramente agradeço ao senhor presidente pela generosidade que me concede ao permitir, com todo carinho e respeito que tenho pelo deputado Pedro Kemp, de completar a questão de ordem que ele levantou. O gesto que testemunhamos na madrugada de hoje pelo presidente da república, recebendo ao pé do avião presidencial a última leva de brasileiros e brasileiras vítimas do genocídio na Faixa de Gaza, é uma demonstração, deputado Pedro Kemp e caros colegas, de generosidade, humanismo e sensibilidade. Seria louvável se, definitivamente, no Brasil, esses sentimentos prevalecessem, em vez de ódio, rancor, xingamento e desprezo pela vida humana. A fotografia que corre o mundo, senhor presidente, é o presidente Lula abraçando uma criança e generosamente a protegendo. Isso é absolutamente diferente daquela imagem que, até pouco tempo, infelizmente, este país via, do presidente pegando a criança, fazendo arminha e dando tiro. Graças a Deus e à coragem do povo brasileiro, que não se submeteu ao ódio, ao rancor, à violência e à ameaça contra a vida, nós mudamos para melhor. Graças a Deus, meus amigos, o Brasil vive um novo tempo, e está no rumo certo. Quero concluir meu aparte, senhor presidente, reforçando a proposição do deputado Pedro Kemp, dizendo que esta Casa seria sensível neste momento, se aprovasse uma moção de louvor, de aplauso, ao comportamento que o novo governo brasileiro tem para com aqueles que precisam da mão generosa do estado, como essa gente precisou. Senhor presidente, agora quero apresentar duas indicações. A primeira indicação é para o senhor governador do estado, Eduardo Riedel, com cópia ao secretário de estado de Meio Ambiente, Desenvolvimento, Ciência, Tecnologia e Inovação, Jaime Verruck, para que sejam realizadas adequações no texto da Resolução nº 024/2023, da Semadesc, que dispõe sobre os embargos decorrentes de infração ambiental oriundas de desmatamento ilegal. Esse ilícito ocorre em assentamentos que possuem um único Cadastro Ambiental Rural, o CAR, quando algum proprietário dos lotes incorre em infração ambiental, então todos os demais do assentamento acabam sofrendo as consequências dos embargos impostos pela Semadesc; isso é um equívoco, uma aberração, motivo pelo qual nós estamos solicitando adequação, ou imediato cancelamento dessa resolução que prejudica, particularmente, a agricultura familiar do nosso estado. Por fim, senhor presidente, tenho uma indicação ao governador Eduardo Riedel e ao diretor-presidente da Energisa, senhor Marcelo Vinhaes Monteiro, solicitando a substituição dos postes de madeira de eucalipto, por postes de concreto, na rede de distribuição de energia elétrica do assentamento Mutum, localizado entre os municípios de Brasilândia, Ribas do Rio Pardo e Santa Rita do Pardo; além disso, o rebaixamento da rede de energia elétrica da Agrovila, localizada no assentamento Mutum, no município de Brasilândia. Era isso, senhor presidente. Muito obrigado.

PRESIDENTE (deputado Gerson Claro - PP) — Com a palavra, o nobre deputado Renato Câmara.

DEPUTADO RENATO CÂMARA (MDB) — Bom dia, senhor presidente, colegas deputados, público presente, todos os alunos da Escola Estadual Professor Ezequiel Balbino, da nossa querida Anaurilândia, e os demais componentes das demais escolas que estão presentes nesta Casa de Leis. Sejam todos muito bem-vindos. Senhor presidente, no último dia 12 de novembro, domingo, comemorou-se o Dia do Pantanal; uma lei de minha proposição, que trata dessa grande planície pantaneira, esse sistema ecológico único que tem o Pantanal, que é parte do nosso estado; e aqui na Assembleia Legislativa discutimos ações para que ele possa ser sustentável ao longo dos anos. Então, comemorou-se em vários locais, houve palestras e discussões, o que é muito importante, e agora estamos na iminência de vir para esta Casa a Lei do Pantanal, que será discutida pelos nobres deputados e também com a sociedade civil. Indico à Mesa, observadas as disposições regimentais desta Casa, após o ouvido do douto Plenário, que seja encaminhado expediente deste Poder ao governador do estado de Mato Grosso do Sul, senhor Eduardo Riedel, ao secretário de estado de Infraestrutura e Logística, senhor Hélio Peluffo Filho, e ao diretor-presidente da Agesul, senhor Mauro Azambuja Rondon Flores, solicitando, em caráter de urgência, a reforma das pontes no bairro Festa, sobre o rio Ribeirão Esperança, e também no córrego do Baile, na estrada vicinal que liga a MS-473 à MS-134, facilitando o acesso aos municípios de Batayporã e Taquarussu. Essa região precisa dessa infraestrutura urgentemente, sendo assim, a Câmara Municipal de Batayporã nos encaminhou o Ofício nº 387 e a Indicação nº120/2023, uma pelo vereador Adilson Pinto de Oliveira, e a outra pelo vereador Maurício Ribeiro, que solicitam investimento nessa obra o mais rápido possível, para que essa região possa continuar tendo trânsito adequado que não prejudique a produção e os alunos que vão para a escola. Também, senhor presidente, indico à Mesa, observadas as disposições regimentais desta Casa, após o ouvido do douto Plenário, que seja encaminhado expediente deste Poder ao senhor senador Nelsinho Trad, solicitando a viabilização de recursos federais para a conclusão da obra de instalação do Centro de Equoterapia da Associação Pestalozzi, no município de Aquidauana. Este é um trabalho muito importante que a Pestalozzi vem fazendo, pois a equoterapia é comprovadamente eficaz para melhorar o sistema cognitivo das crianças, ampliando a atenção. Pais de vários lugares da região de Aquidauana têm buscado por esse serviço na Pestalozzi, mas, infelizmente, por não haver espaço adequado e infraestrutura necessária, ficam sem atendimento. Assim, com esses recursos que estou pedindo ao senador Nelsinho Trad, espero que ele possa destinar emendas parlamentares para ampliar essa infraestrutura, a fim de proporcionar atendimento a todos os alunos que buscam e precisam desse serviço na região de Aquidauana. Também, senhor presidente, indico à Mesa, observadas as disposições regimentais e ouvido do douto Plenário, que seja encaminhado expediente deste Poder ao diretor-presidente da Energisa, senhor Marcelo Vinhaes Monteiro, solicitando a disponibilização de um transformador de energia na área do Jockey Club, no município de Sidrolândia. Este pleito foi encaminhado pela Câmara Municipal de Sidrolândia, através do Ofício n.º 047/2023, enviado pelo vereador Adavilton Brandão, que solicita a disponibilidade de um transformador de energia na área do Jockey Club de Sidrolândia. Esse transformador será muito importante para atender os moradores dessa região, pois eles precisam ampliar seus equipamentos resfriadores, ensiladeiras, trituradores, etc. Era o que eu tinha, senhor presidente.

PRESIDENTE (deputado Gerson Claro - PP) — Com a palavra, o nobre deputado Professor Rinaldo.

DEPUTADO PROFESSOR RINALDO (Podemos) — Bom dia, caro presidente e demais colegas, senhores e senhoras que prestigiam esta Sessão, bem como todos os alunos da escola de Anaurilândia, juntamente com seus respectivos diretores e professores. Sejam muito bem-vindos. Senhor presidente, hoje comemorase o Dia Mundial e, naturalmente, Nacional do Diabetes. Essa iniciativa foi criada em 1991 pela Federação Internacional de Diabetes, em parceria com a Organização Mundial de Saúde, com o objetivo de conscientizar o mundo sobre o impacto do diabetes na saúde e na mortalidade da população. No Brasil, senhor presidente e demais colegas, para que Vossas Excelências tenham uma ideia, de acordo com a Sociedade Brasileira de Diabetes, mais de dezessete milhões de pessoas vivem com essa triste realidade, o que representa 6,9% da população nacional. Entretanto, esse número deve ser ainda maior, uma vez que muitas pessoas possuem a doença e não têm conhecimento disso. Estima-se que, em 2050, o mundo terá um bilhão e trezentos milhões de pessoas com a doença. O diabetes é uma doença crônica e progressiva, causada pela produção insuficiente ou pela má absorção de insulina, hormônio secretado pelo pâncreas, que regula a glicose no sangue e garante energia para o funcionamento do organismo. A doença está relacionada ao aumento do risco de doenças cardiovasculares, como infarto e AVC, além de afetar os rins, os olhos, os nervos e outros órgãos. O aumento dos casos de diabetes tipo 2 está associado a fatores como obesidade, sedentarismo, alimentação inadequada, uso excessivo de álcool e tabagismo. Por que faço esse relato, senhor presidente? Porque, infelizmente, recebemos em nosso gabinete a reclamação de que, em Campo Grande, a fita para aferir glicemia não está disponível nas Unidades Básicas de Saúde, e os usuários precisam comprá-la, gerando um custo de cento e vinte reais por kit. Além disso, os portadores de diabetes têm uma alimentação restrita, que não é barata. Nesse sentido, quero encaminhar esta reclamação à prefeita de Campo Grande, Adriane Lopes, com cópia ao secretário municipal de Saúde, doutor Sandro Benites, na expectativa de que, em breve, essas pessoas que sofrem com essa doença silenciosa, causadora de outras patologias, não venham a sofrer mais ainda. Por último, senhor presidente, indico à Mesa, ouvido o colendo Plenário, que seja encaminhado expediente ao governador Eduardo Riedel, com cópia ao secretário de estado de Infraestrutura, senhor Hélio Peluffo, solicitando o encascalhamento da MS-422, entre as sete placas, na MS-436, até a ponte do Rio Verde, localizada entre os municípios de Figueirão e Camapuã. Essa é uma reivindicação que chegou ao nosso gabinete através da nossa parceira, amiga e vereadora combativa de Figueirão, a professora Flávia Bravo. Era o que eu tinha. Muito obrigado, senhor presidente.

PRESIDENTE (deputado Gerson Claro - PP) — Com a palavra, o nobre deputado Junior Mochi. Pela ordem, a deputada Gleice Jane.

DEPUTADA GLEICE JANE (PT) — Presidente, eu pedi a palavra para desejar um bom dia especial à moçada que veio de Alcinópolis, e que está presente aqui. Quando eu estava passando pelo saguão, eles me abordaram, conversamos e eu perguntei: o que essa turma gostaria que fizéssemos por eles na Assembleia? A resposta foi clara: desejam a implantação de música nas escolas públicas e uma maior implementação das artes na educação. Então, essa é a missão que temos pela frente.

Um bom dia especial para esses jovens que vieram nos visitar. Ficamos muito felizes em tê-los conosco. Obrigada, presidente.

DEPUTADO JUNIOR MOCHI (MDB) — Senhor presidente e senhores deputados, quero cumprimentar a população que nos prestigia presencialmente na Sessão, quem nos assiste pela TV Assembleia, a imprensa e, de modo especial, o deputado Paulo Corrêa, que fez uma moção de congratulação extremamente importante para a Banda Iulle Martins Rezende. Desde 2001, quando foi fundada, com o maestro Jackson de Oliveira - sem dúvida um dos maiores maestros de bandas de fanfarras, não apenas de Mato Grosso do Sul, mas do Brasil -, a Banda Iulle Martins Rezende é motivo de orgulho para Alcínópolis, pois, além de ter conquistado várias vezes o título estadual, foi campeã nacional em 2017 e venceu a primeira Copa América de Bandas e Fanfarras, na qual participaram dezessete estados da federação e três países, portanto, é mais do que justo que ela seja homenageada e reconhecida pela Assembleia Legislativa de Mato Grosso do Sul. Hoje, temos a presença e liderança do nosso prefeito Dalmy Crisóstomo e do secretário municipal de Educação, Jesus Lima. Parabéns à Banda Iulle Martins Rezende, ao maestro Jackson, e a todos que contribuem para que a banda seja um orgulho para Mato Grosso do Sul e toda a nossa região. Parabéns também a Alcínópolis. Senhor presidente, eu gostaria de apresentar algumas indicações e moções. Indico à Mesa Diretora, na forma regimental, após ouvido o colendo Plenário, que seja encaminhado expediente deste Poder Legislativo ao senhor Hélio Queiroz Daher, secretário do estado de Educação, para que seja analisada a possibilidade de viabilizar recursos para a aquisição de uma máquina lavadora industrial de alta pressão, destinada à limpeza de calçadas, atendendo à Escola Estadual Professora Cleusa Teodora, em Pedro Gomes. Esta solicitação é respaldada pelo vereador Sandoval Alves de Oliveira, da Câmara Municipal de Pedro Gomes, e pela presidente da Associação de Pais e Mestres da Escola Rosa Eugênio dos Santos, conforme ofício anexo. Também indico à Mesa Diretora, após ouvido o colendo Plenário, que seja encaminhado expediente deste Poder Legislativo ao senhor Hélio Peluffo Filho, secretário de estado de Infraestrutura e Logística, e ao senhor Mauro Azambuja Rondon Flores, diretor-presidente da Agesul, por cópias autônomas, solicitando viabilização, por meio de convênio ou execução direta de recursos, para a pavimentação asfáltica em um trecho de mil e cem metros da avenida Maycon Oliveira Feitosa, com base no nº 144, bem como em um trecho de cem metros da avenida João Serrou Carny, confrontando com a avenida Diva de Araújo Azambuja. Esta demanda também é respaldada pelo vereador Sandoval Alves de Oliveira, do município de Pedro Gomes. Senhor presidente, apresento uma moção de pesar aos familiares e amigos, pelo falecimento do senhor Antônio Confortini, em Campo Grande, no último domingo, dia 12 de novembro. Apresento também uma moção de pesar aos familiares e amigos, pelo falecimento da senhora Marinês Hatori da Silva, vítima de uma colisão frontal entre dois veículos, que ocorreu na tarde de sexta-feira, dia 10 de novembro, na BR-163, entre as cidades de Rio Verde de Mato Grosso e Coxim. Tenho outra moção de pesar, aos familiares e amigos pelo falecimento da senhora Sueli Izabel de Souza Rondora, que faleceu em Campo Grande, no dia 7 de novembro, por insuficiência respiratória acarretada por uma infecção. Também tenho uma indicação ao secretário de estado de Infraestrutura e Logística, senhor Hélio Peluffo Filho, solicitando o melhoramento da rodovia MS- 422, através do levantamento de greide, encascalhamento e aplicação de solo/cimento em um trecho de aproximadamente quarenta quilômetros, partindo do acesso à rodovia MS-436, no distrito de Pontinha do

Cocho, no município de Camapuã, até o rio Verde, no município de Figueirão, em atendimento à solicitação da Câmara Municipal de Figueirão, por meio dos vereadores Flávia Bravo, Juliano Nogueira, Edgar José de Lima, Luciano Teodoro, Abadio Ribeiro e Beugmar Ferreira, que estiveram em visita oficial ao meu gabinete no último dia 9 de novembro, conforme fotos anexas. Também, senhor presidente, encaminharei um expediente ao secretário de estado de Infraestrutura e Logística, Hélio Peluffo, solicitando o aprimoramento do pavimento da rodovia MS-223, no município de Figueirão. Isso envolve o levantamento de greide, encascalhamento e aplicação de solo/cimento no trecho que atravessa as rodovias MS-142 e MS-429, até à BR-163, no município de São Gabriel do Oeste. Destaco que neste trecho, em ambos os lados das rodovias, existem grandes áreas de plantio de soja. Além disso, solicito a construção de ponte de concreto sobre os rios Figueirão e Quati, atendendo à solicitação da Câmara Municipal de Figueirão, por meio do Ofício nº 17/2023, enviado ao nosso gabinete no dia 7 de novembro, pelos vereadores Edgar, também firmado pelos vereadores Flávia Bravo, Juliano Nogueira, Luciene Teodoro, Abadio Ribeiro e Beugmar, por meio do Ofício nº 17/2023. Por último, senhor presidente, também encaminho uma indicação ao secretário de estado de Governo e Gestão Estratégica, Pedro Arlei Caravina, e ao secretário de estado de Saúde, doutor Maurício Simões Corrêa, por cópias autônomas, solicitando adoção de procedimentos para elaborar um convênio entre o município de Coronel Sapucaia e o governo do estado de Mato Grosso do Sul, com o objetivo de viabilizar a aquisição de uma ambulância para o transporte de pacientes do município de Coronel Sapucaia, atendendo à solicitação do vice-prefeito de Coronel Sapucaia, doutor Bruno Dantas. É só, senhor presidente.

PRESIDENTE (deputado Gerson Claro - PP) — Ainda no Pequeno Expediente, com a palavra, o deputado Lidio Lopes.

DEPUTADO LIDIO LOPES (Patriota) — Bom dia, senhor presidente, deputado Gerson Claro. Quero cumprimentar os nobres pares todos aqueles que nos honram com sua presença neste Plenário, especialmente os alunos que se fazem presentes nesta Sessão. Também cumprimento todos aqueles que nos acompanham através da TV Assembleia. Senhor presidente, quero fazer duas indicações. Indico à Mesa Diretora, com base no que dispõe o artigo 176 do Regimento Interno, após ouvido o colendo Plenário, que seja encaminhado expediente ao superintendente regional do Departamento Nacional de Infraestrutura de Transportes (Dnit), senhor Euro Nunes Varanis Junior, solicitando estudos no sentido de viabilizar a construção de uma passarela suspensa para pedestres sobre a BR-262, ligando o bairro Maria Aparecida Pedrossian ao Jardim Noroeste, em Campo Grande. A presente indicação é motivada pelos moradores da região. Tendo em vista o aumento do movimento de veículos naquela região, principalmente agora com a construção da usina no município de Ribas do Rio Pardo, o número de veículos aumentou consideravelmente, e as pessoas têm dificuldade de atravessar. Como se trata de uma rodovia federal, que fica na entrada da cidade, a assinatura de Vossa Excelência juntamente com a minha, deputado Paulo Corrêa, será uma honra para encaminhar ao Dnit. Requeiro à Mesa Diretora, nos termos regimentais, que seja encaminhado expediente deste Poder Legislativo ao governador do estado, senhor Eduardo Riedel, com cópia ao secretário de estado de Meio Ambiente, Desenvolvimento, Ciência e Tecnologia e Inovação, senhor Jaime Verruck, solicitando estudos no sentido de viabilizar a construção e estruturação de um local de tratamento

para abrigo de animais em situação de rua e vítimas de maus-tratos, no município de Amambai. A presente indicação é motivada pelo requerimento da Câmara Municipal de Amambai, a partir da proposição do vereador Anilson Prego, sob o Ofício nº 295/2023, encaminhado anexo com a devida justificativa, senhor presidente. É o que tínhamos para hoje. Muito obrigado.

PRESIDENTE (deputado Gerson Claro - PP) — Com a palavra, a deputada Mara Caseiro.

DEPUTADA MARA CASEIRO (PSDB) — Bom dia, senhor presidente e nobres pares. Eu também quero dar boas-vindas à Bandalulle Martins Rezende, da nossa querida Alcínópolis; ao nosso maestro Jackson; eu conheço o trabalho dele e a sede da banda, que é muito bem estruturada. Quero parabenizá-lo por todo esse trabalho, maestro, e dizer que você pode contar com esta Casa. Também cumprimento a professora Sara Geraldi e o prefeito Dalmir, que com certeza tem dado todo apoio a esta banda. É importante, como disse a deputada Gleice Jane, trazermos a arte e a cultura para dentro das escolas, pois isso faz diferença na formação dos nossos cidadãos e cidadãs sul-mato-grossenses. Então, parabéns a essa banda e a todos os integrantes. Também, senhor presidente, tenho algumas indicações. Indico ao nosso governador Eduardo Riedel e também ao secretário de estado de Educação, senhor Hélio Queiroz Daher, a viabilização de recursos para a aquisição de trinta computadores equipados com impressora, e quinze projetores, para a sala de tecnologia da Escola Estadual Ade Marques, no município de Ponta Porã. A presente indicação atende ao pedido formulado pela diretora da escola, Maria de Lourdes da Silva Neto. Também indico à Mesa, nas condições regimentais, ouvido o colendo Plenário, que seja encaminhado expediente ao nosso governador Eduardo Riedel e ao secretário de estado de Educação, Hélio Queiroz Daher, solicitando a viabilização de recursos para a aquisição de equipamentos e materiais didáticos para a rede pública de educação infantil no município de Iguatemi. A presente indicação atende ao pedido formulado pela vereadora Rosicléia da Silva Caprioli. Uma última indicação, ao nosso governador Eduardo Riedel, com cópia ao superintendente regional do Departamento Nacional de Infraestrutura de Transportes (Dnit), senhor Euro Nunes Varanis Júnior, solicitando que sejam realizados estudos técnicos e posterior instalação de tela de proteção nas áreas de reserva ambiental e pontes localizadas no trecho da BR-262 que liga o município de Campo Grande a Três Lagoas. A presente indicação atende ao pedido formulado pela assessoria parlamentar na região do Bolsão, visto que temos tido muitos acidentes com animais nessa rodovia. É o que eu tinha para hoje, senhor presidente. Muito obrigada.

PRESIDENTE (deputado Gerson Claro - PP) — Com a palavra, o nobre deputado Rafael Tavares.

DEPUTADO RAFAEL TAVARES (PRTB) — Bom dia, presidente, nobres colegas e todos que acompanham a Sessão de hoje aqui na Assembleia Legislativa. Cumprimento os alunos da cidade de Alcínópolis. Obrigado pela visita; nosso gabinete está à disposição de vocês. Eu tenho aqui um requerimento, presidente, sobre a questão da Energisa, algo que tem gerado muitas reclamações em meu gabinete e nas redes sociais, além de relatos de sul-mato-grossenses que tiveram praticamente dobrado o valor de suas contas no ano de 2023. É uma preocupação que temos em defender os

sul-mato-grossenses, considerando a quantidade de impostos que já pagamos; e agora enfrentamos esse problema de aumento nas contas de energia. Assim, apresento um requerimento nesta Casa para que a Energisa preste os devidos esclarecimentos. Também temos um projeto de lei que propõe a retirada da obrigatoriedade da vacina contra a Covid-19 para as matrículas no ano letivo de 2024 em Mato Grosso do Sul. A preocupação que temos é que o governo Lula tornou essas vacinas obrigatórias, e muitos pais estão preocupados, porque não querem e não confiam nessa vacina, afinal, é uma vacina que passou por um período curto de testes e apresenta vários problemas; muitas crianças também têm problemas de AVC, e ainda não temos a segurança necessária... Pensando nesses pais, apresentamos um projeto de lei que, no artigo 1º, altera e acrescenta dispositivos à lei estadual, passando a vigorar com a seguinte redação: Artigo 3º - Esta lei não se aplica a vacinas em fase de teste ou com menos de dez anos de utilização, em crianças e adolescentes, mesmo que inclusas no calendário de vacinação do Ministério de Saúde”. Ou seja, se a vacina tiver menos de dez anos no mercado, algo que não passa segurança para esses pais, não poderá ser obrigatória para o pais colocarem seus filhos na escola aqui em Mato Grosso do Sul. Somente isso, presidente. Obrigado.

PRESIDENTE (deputado Gerson Claro - PP) — Com a palavra, o deputado João Henrique.

DEPUTADO JOÃO HENRIQUE (PL) — Senhor presidente, eu quero apresentar uma moção de pesar, expressando profundo sentimento pelo falecimento da jovem Lívia Barbosa Contar, de trinta e sete anos, irmã do nosso colega Capitão Contar. O triste evento ocorreu no último dia 11 de novembro, sendo vítima de complicações cardíacas decorrentes de dengue, uma doença que gera grande preocupação em todos os estados e municípios. Nascida no dia 28 de junho de 1986, a jovem era química, com uma atuação profissional brilhante. A família a definia como uma pessoa doce, de grande bondade e humildade. Lívia dedicou-se inteiramente à família, sendo a maior e constante companhia dos pais, com quem vivia. Ela deixa um legado de dedicação e amor, portanto, com pesar, quero apresentar esta moção, senhor presidente.

PRESIDENTE (deputado Gerson Claro - PP) — Eu queria registrar e agradecer à banda que está fazendo visita oficial aqui no Plenário. Cumprimento, então, a Banda Iulle Martins Rezende e o maestro Jackson de Oliveira, do município de Alcinoópolis. Aproveito para cumprimentar o prefeito Dalmy Crisóstomo. Obrigado pela presença, prefeito. Cumprimento também Jesus Aparecido de Lima, secretário municipal de Educação e Cultura e o vereador Ademir Luiz Miller, também de Alcinoópolis. Agradeço a presença de Valdomiro Bocalan, o Biri, do município de Costa Rica. Registro aqui, prefeito Dalmy, que estamos aqui presentes para prestigiar o deputado Paulo Corrêa. Ele pode não ter muito conhecimento sobre História, mas eu, que sou formado em História, falei com ele que, durante a faculdade, aprendemos que Alcinoópolis abriga mais de 50% de toda a arte rupestre existente em Mato Grosso do Sul. Aqui, temos uma mostra fotográfica dos sítios arqueológicos com arte rupestre do município de Alcinoópolis; o livro é muito bonito. Parabéns pela iniciativa. Está encerrado o Pequeno Expediente. Protocolos referentes às proposições apresentadas (*De autoria do deputado Antonio Vaz: duas indicações (Prot. nºs 06186/2023, 06185/2023); um

projeto de lei (Prot. nº 06191/2023). De autoria do deputado João Henrique: duas moções de pesar (Prot. nºs 06181/2023, 06180/2023). De autoria do deputado João César Mattogrosso: quinze indicações (Prot. nºs 06161/2023, 06162/2023, 06163/2023, 06164/2023, 06152/2023, 06169/2023, 06167/2023, 06166/2023, 06154/2023, 06155/2023, 06156/2023, 06157/2023, 06158/2023, 06159/2023, 06160/2023); uma moção de congratulação (Prot. nº 06168/2023). De autoria da deputada Lia Nogueira: sete indicações (Prot. nºs 06135/2023, 06134/2023, 06131/2023, 06133/2023, 06132/2023, 06130/2023, 06129/2023); dois requerimentos (Prot. nºs 06137/2023, 06136/2023). De autoria do deputado Lidio Lopes: sete moções de congratulação (Prot. nºs 06146/2023, 06145/2023, 06144/2023, 06143/2023, 06142/2023, 06141/2023, 06140/2023). De autoria do deputado Lucas de Lima: três indicações (Prot. nºs 06207/2023, 06200/2023, 06201/2023). De autoria da deputada Mara Caseiro: cinco indicações (Prot. nºs 06192/2023, 06193/2023, 06189/2023, 06196/2023, 06197/2023). De autoria do deputado Paulo Corrêa: uma indicação (Prot. nº 06199/2023); uma moção de pesar (Prot. nº 06198/2023). De autoria do deputado Pedro Kemp: três indicações (Prot. nºs 06194/2023, 06195/2023, 06190/2023); uma moção de congratulação (Prot. nº 06187/2023). De autoria do deputado Professor Rinaldo: três indicações (Prot. nºs 06178/2023, 06176/2023, 06174/2023). De autoria do deputado Rafael Tavares: cinco indicações (Prot. nºs 06151/2023, 06148/2023, 06149/2023, 06150/2023, 06171/2023); um requerimento (Prot. nº 06147/2023). De autoria do deputado Renato Câmara: quatro indicações (Prot. nºs 06205/2023, 06204/2023, 06203/2023, 06202/2023). De autoria do deputado Roberto Hashioka: uma moção de congratulação (Prot. nº 06206/2023). De autoria do deputado Zé Teixeira: quatro indicações (Prot. nºs 06179/2023, 06177/2023, 06175/2023, 06173/2023); um requerimento (Prot. nº 06172/2023). De autoria do deputado do Zeca do PT: três indicações (Prot. nºs 06183/2023, 06182/2023, 06184/2023).). Passemos ao **GRANDE EXPEDIENTE**. No Grande Expediente, pelo livro de inscrição, como a palavra, o deputado Roberto Hashioka. Transferida. Com a palavra, o deputado Renato Câmara. Transferida. Com a palavra, deputado Paulo Corrêa. Transferida. Com a palavra, o deputado Zeca do PT. Transferida. Com a palavra, pela ordem, o deputado Junior Mochi.

DEPUTADO JUNIOR MOCHI (MDB) — Senhor presidente, eu gostaria apenas de reforçar uma solicitação que fiz a Vossa Excelência na semana passada, relacionada ao convite ao secretário de estado de Fazenda ou à equipe técnica que acompanha a votação da reforma tributária. É importante que venham discutir e esclarecer, pois foram apresentadas duzentas e poucas emendas no Congresso, e até hoje ninguém sabe o que aconteceu, nem o que foi aprovado ou não. Nos deparamos com vários vídeos na internet, e o último que assisti, se for verdadeiro, indica que a reforma tributária estabelecerá um parâmetro diferente, afetando não apenas o estado, mas principalmente os prestadores de serviço. Prestadores de serviço — como eu e o senhor, presidente, que possuímos pessoa jurídica na advocacia — aparentemente terão que pagar, com base no que foi repetidamente apresentado em vídeo, 57% de tributos; isso torna insustentável a sobrevivência do prestador de serviço diante dessa carga tributária elevada que estão apresentando. Mas eu não quero cometer o erro de fazer críticas sem conhecimento de causa. Foram várias emendas aprovadas no Senado, e a equipe técnica do governo do estado, que está acompanhando, precisa trazer esclarecimentos à Assembleia Legislativa sobre o que foi votado e aprovado. Portanto, reitero verbalmente o requerimento feito na semana passada, para que a

comissão técnica que acompanhou a reforma tributária e a votação no Senado Federal possa vir a esta Casa e esclarecer as nossas dúvidas. Isso é necessário para que possamos responder à população, que está questionando o que está efetivamente acontecendo. Então, peço a Vossa Excelência que esse esclarecimento seja feito no menor espaço de tempo possível, antes que a reforma seja aprovada definitivamente na Câmara Federal. Ela retornou para a Câmara devido às alterações e emendas apresentadas no Senado Federal.

PRESIDENTE (deputado Gerson Claro - PP) — A solicitação de Vossa Excelência foi feita no dia em que ocorreu a segunda votação no Senado. O governador estava presente em Brasília. Inclusive, há uma comissão local coordenada pela procuradora Ana Ali, à qual já solicitei informações, para que tenhamos conhecimento efetivo, pois este assunto já foi destacado na Câmara, mas, da forma como foi votado no Senado, há forte indício de que a Câmara irá liberar o projeto. Vamos ter uma conversa, mas confesso a Vossa Excelência que será, efetivamente, apenas para termos conhecimento. Quero cumprimentar e agradecer a presença do senhor João Carlos Krug, prefeito de Chapadão do Sul. Ainda no livro de inscrições para o Grande Expediente, com a palavra, o deputado Professor Rinaldo. Transferida. Com a palavra, o deputado Rafael Tavares. Transferida. Com a palavra, o deputado Antonio Vaz. Transferida. Com a palavra, a deputada Gleice Jane. Transferida. Com a palavra, a deputada Lia Nogueira. Transferida. Com a palavra, a deputada Mara Caseiro. Transferida. Com a palavra, o deputado Lucas de Lima. Transferida. Com a palavra, o deputado Pedro Kemp. Transferida. Está encerrado o Grande Expediente. Antes de iniciar a Ordem do Dia, eu gostaria de informar que teremos duas Ordens do Dia: a da Sessão Ordinária desta terça-feira e, em seguida, daremos um intervalo para prestar homenagem, proposta pelo deputado Paulo Corrêa, à maravilhosa banda do município de Alcinópolis. Estão presentes o prefeito, o vereador, secretários e professores que realizam um trabalho admirável no município. Após a homenagem, abriremos a Ordem do Dia da Sessão Extraordinária, originalmente programada para quinta-feira. Eu gostaria de fazer um comunicado aos nobres deputados, pois, há pouco mais de sessenta dias, formamos uma comissão para abordar muitos questionamentos, especialmente pela imprensa, incluindo, deputado João Henrique, a TV Morena e o Campo Grande News, discutindo a transparência da Assembleia Legislativa do Mato Grosso do Sul. Ontem, a Atricon fez uma publicação no Radar de Transparência Pública dos tribunais de contas do Brasil, e a Assembleia Legislativa do Mato Grosso do Sul recebeu nota 77,58, sendo a sexta Assembleia do Brasil. Isso foi um trabalho dos setores de Informática, da SJL, da Secretaria de Finanças e a Secretaria de Recursos Humanos. Saímos de 45 para 77, sendo considerada uma das melhores transparências do Brasil. Enquanto a imprensa focou nos aspectos negativos da transparência, agora convidamos todos a acessarem o Portal Radar de Transparência Pública, pois a Assembleia foi a que mais melhorou a transparência durante este ano. Parabéns à nossa equipe de servidores e ao deputado Paulo Corrêa, também, que fez um trabalho excepcional. Parabéns, então, à equipe de servidores da Assembleia. Passemos à **ORDEM DO DIA**. Item 1. Em redação final. Projeto de Lei nº 167/2023. Autor: deputado Gerson Claro. "Altera a redação e acrescenta dispositivo à Lei nº 3.637, de 4 de fevereiro de 2009, que institui o Programa Permanente de Combate aos Trotes Telefônicos aplicados contra os serviços de atendimento às chamadas de emergência". A redação

final foi elaborada pela Comissão de Constituição, Justiça e Redação. Em discussão. Encerrada a discussão. Em votação.

Projeto de Lei nº 167/2023, de autoria do deputado Gerson Claro.

Presidente — deputado Gerson Claro (PP).

Primeiro-secretário — deputado Paulo Corrêa (PSDB).

Segundo-secretário — deputado Pedro Kemp (PT).

DEPUTADO ANTONIO VAZ (Republicanos) — Sim.

DEPUTADO CORONEL DAVID (PL) — Sim.

DEPUTADA GLEICE JANE (PT) — Sim.

DEPUTADO JAMILSON NAME (PSDB) — Sim.

DEPUTADO JOÃO CÉSAR MATTOGROSSO (PSDB) — Sim.

DEPUTADO JOÃO HENRIQUE (PL) — Sim.

DEPUTADO JUNIOR MOCHI (MDB) — Sim.

DEPUTADA LIA NOGUEIRA (PSDB) — Sim.

DEPUTADO LUCAS DE LIMA (PDT) — Sim.

DEPUTADA MARA CASEIRO (PSDB) — Sim.

DEPUTADO MARCIO FERNANDES (MDB) — Sim.

DEPUTADO NENO RAZUK (PL) — Sim.

DEPUTADO PAULO CORRÊA (PSDB) — Sim.

DEPUTADO PEDRO KEMP (PT) — Sim.

DEPUTADO PROFESSOR RINALDO (Podemos) — Sim.

DEPUTADO RAFAEL TAVARES (PRTB) — Sim.



DEPUTADO RENATO CÂMARA (MDB) — Sim.

DEPUTADO ROBERTO HASHIOKA (União Brasil) — Sim.

DEPUTADO ZÉ TEIXEIRA (PSDB) — Sim.

DEPUTADO ZECA DO PT (PT) — Sim.

PRESIDENTE (deputado Gerson Claro - PP) — Encerrada a votação.
Consulta o senhor segundo-secretário sobre o resultado da votação.

SEGUNDO-SECRETÁRIO (deputado Pedro Kemp - PT) — Senhor presidente, são vinte votos favoráveis e nenhum contrário.

PRESIDENTE (deputado Gerson Claro - PT) — Aprovada a redação final. Vai ao Expediente. Item 2. Em segunda discussão e votação nominal. Projeto de Lei Complementar nº 016/2023. Autor: Tribunal de Contas. "Altera a redação da Seção V do Capítulo I da Lei Complementar Estadual nº 160, de 2 de janeiro 2012, que dispõe sobre a organização do Tribunal de Contas do Estado de Mato Grosso do Sul e revoga a Lei Estadual nº 1.104, de 30 de outubro de 1990". A Comissão de Serviço Público, Obras, Transporte, Infraestrutura e Administração emitiu parecer favorável, por maioria, ao projeto e à Emenda de Redação 01, à Emenda Modificativa 02 e à Subemenda 03, tendo como relator o deputado Coronel David. A Comissão de Finanças e Orçamento emitiu parecer favorável, por maioria, ao projeto e à Emenda de Redação 01, à Emenda Modificativa 02 e à Subemenda 03, tendo como relator o deputado Roberto Hashioka. Em discussão. Encerrada a discussão. Em votação.

Projeto de Lei Complementar nº 016/2023, de autoria do Tribunal de Contas.

Presidente — deputado Gerson Claro (PP).

Primeiro-secretário — deputado Paulo Corrêa (PSDB).

Segundo-secretário — deputado Pedro Kemp (PT).

DEPUTADO ANTONIO VAZ (Republicanos) — Sim.

DEPUTADA GLEICE JANE (PT) — Sim.

DEPUTADO JAMILSON NAME (PSDB) — Sim.

DEPUTADO JOÃO CÉSAR MATTOGROSSO (PSDB) — Sim.

DEPUTADO JOÃO HENRIQUE (PL) — Sim.

DEPUTADO JUNIOR MOCHI (MDB) — Sim.

DEPUTADA LIA NOGUEIRA (PSDB) — Sim.

DEPUTADO LONDRES MACHADO (PP) — Sim.

DEPUTADO LUCAS DE LIMA (PDT) — Sim.

DEPUTADA MARA CASEIRO (PSDB) — Sim.

DEPUTADO MARCIO FERNANDES (MDB) — Sim.

DEPUTADO NENO RAZUK (PL) — Sim.

DEPUTADO PAULO CORRÊA (PSDB) — Sim.

DEPUTADO PEDRO KEMP (PT) — Sim.

DEPUTADO PROFESSOR RINALDO (Podemos) — Sim.

DEPUTADO RAFAEL TAVARES (PRTB) — Sim.

DEPUTADO RENATO CÂMARA (MDB) — Sim.

DEPUTADO ROBERTO HASHIOKA (União Brasil) — Sim.

DEPUTADO ZÉ TEIXEIRA (PSDB) — Sim.

DEPUTADO ZECA DO PT (PT) — Sim.

PRESIDENTE (deputado Gerson Claro - PP) — Encerrada a votação.
Consulto o senhor segundo-secretário sobre o resultado da votação.

SEGUNDO-SECRETÁRIO (deputado Pedro Kemp - PT) — Senhor presidente, são vinte votos favoráveis e nenhum contrário.

PRESIDENTE (deputado Gerson Claro - PT) — Aprovado o projeto. Vai à redação final, já pautada para a Sessão Extraordinária. Item 3. Em segunda discussão e votação nominal. Projeto de Lei nº 280/2023. Autor: Poder Judiciário. Ofício nº 168.0.073.0134/2023 - "Altera a Lei Estadual nº 1.071, de 11 de julho de 1990, que dispõe sobre a criação e funcionamento dos Juizados Especiais Cíveis e Criminais no âmbito do Poder Judiciário do estado de Mato Grosso do Sul". A Comissão de Serviço Público, Obras, Transporte, Infraestrutura e Administração emitiu parecer favorável, por maioria, tendo como relator o deputado Marcio Fernandes. A Comissão de Finanças e Orçamento emitiu parecer favorável, por maioria, tendo como relator o deputado Coronel David. Em discussão. Encerrada a discussão. Em votação.

Projeto de Lei nº 280/2023, de autoria do Poder Judiciário.

Presidente — deputado Gerson Claro (PP).

Primeiro-secretário — deputado Paulo Corrêa (PSDB).

Segundo-secretário — deputado Pedro Kemp (PT).

DEPUTADO ANTONIO VAZ (Republicanos) — Sim.

DEPUTADO CORONEL DAVID (PL) — Sim.

DEPUTADA GLEICE JANE (PT) — Sim.

DEPUTADO JAMILSON NAME (PSDB) — Sim.

DEPUTADO JOÃO CÉSAR MATTOGROSSO (PSDB) — Sim.

DEPUTADO JOÃO HENRIQUE (PL) — Sim.

DEPUTADO JUNIOR MOCHI (MDB) — Sim.

DEPUTADA LIA NOGUEIRA (PSDB) — Sim.

DEPUTADO LIDIO LOPES (Patriota) — Sim.

DEPUTADO LONDRES MACHADO (PP) — Sim.

DEPUTADO LUCAS DE LIMA (PDT) — Sim.

DEPUTADA MARA CASEIRO (PSDB) — Sim.

DEPUTADO MARCIO FERNANDES (MDB) — Sim.

DEPUTADO NENO RAZUK (PL) — Sim.

DEPUTADO PAULO CORRÊA (PSDB) — Sim.

DEPUTADO PEDRO KEMP (PT) — Sim.

DEPUTADO PROFESSOR RINALDO (Podemos) — Sim.

DEPUTADO RAFAEL TAVARES (PRTB) — Sim.

DEPUTADO RENATO CÂMARA (MDB) — Sim.

DEPUTADO ROBERTO HASHIOKA (União Brasil) — Sim.

DEPUTADO ZECA DO PT (PT) — Sim.

DEPUTADO ZÉ TEIXEIRA (PSDB) — Sim.

PRESIDENTE (deputado Gerson Claro - PP) — Solicito o resultado da votação ao segundo-secretário.

SEGUNDO-SECRETÁRIO (deputado Pedro Kemp - PT) — Senhor presidente, são vinte e dois votos favoráveis e nenhum contrário.

PRESIDENTE (deputado Gerson Claro - PP) — Aprovado. Vai ao Expediente. Item 4. Em primeira discussão e votação nominal. Projeto de Lei nº 289/2023. Autor: Poder Executivo. Mensagem nº 42/2023. "Institui o Plano Plurianual do estado para o período de 2024 a 2027". A Comissão de Constituição, Justiça e Redação emitiu parecer favorável, por unanimidade, tendo como relator o deputado João César Mattogrosso. A Comissão de Finanças e Orçamento emitiu parecer favorável, por maioria, tendo como relator o deputado Pedrossian Neto. Em discussão. Encerrada a discussão. Em votação.

Projeto de Lei nº 289/2023, de autoria do Poder Executivo.

Presidente — deputado Gerson Claro (PP).

Primeiro-secretário — deputado Paulo Corrêa (PSDB).

Segundo-secretário — deputado Pedro Kemp (PT).

DEPUTADO ANTONIO VAZ (Republicanos) — Sim.

DEPUTADO CORONEL DAVID (PL) — Sim.

DEPUTADA GLEICE JANE (PT) — Sim.

DEPUTADO JAMILSON NAME (PSDB) — Sim.

DEPUTADO JOÃO CÉSAR MATTOGROSSO (PSDB) — Sim.

DEPUTADO JOÃO HENRIQUE (PL) — Não.

DEPUTADO JUNIOR MOCHI (MDB) — Sim.

DEPUTADA LIA NOGUEIRA (PSDB) — Sim.

DEPUTADO LIDIO LOPES (Patriota) — Sim.

DEPUTADO LONDRES MACHADO (PP) — Sim.

DEPUTADO LUCAS DE LIMA (PDT) — Sim.

DEPUTADA MARA CASEIRO (PSDB) — Sim.

DEPUTADO MARCIO FERNANDES (MDB) — Sim.

DEPUTADO NENO RAZUK (PL) — Sim.

DEPUTADO PAULO CORRÊA (PSDB) — Sim.

DEPUTADO PEDRO KEMP (PT) — Sim.

DEPUTADO PROFESSOR RINALDO (Podemos) — Sim.

DEPUTADO RAFAEL TAVARES (PRTB) — Não.

DEPUTADO RENATO CÂMARA (MDB) — Sim.

DEPUTADO ROBERTO HASHIOKA (União Brasil) — Sim.

DEPUTADO ZECA DO PT (PT) — Sim.

DEPUTADO ZÉ TEIXEIRA (PSDB) — Sim.

PRESIDENTE (deputado Gerson Claro - PP) — Solicito o resultado da votação ao segundo-secretário.

SEGUNDO-SECRETÁRIO (deputado Pedro Kemp - PT) — Senhor presidente, são vinte votos favoráveis e dois contrários.

PRESIDENTE (deputado Gerson Claro - PP) — Aprovado. Vai à segunda discussão. Item 5. Em primeira discussão e votação nominal. Projeto de Lei nº 290/2023. Autor: Poder Executivo. Mensagem nº 43/2023. "Estima a receita e fixa a despesa do estado para o exercício financeiro de 2024". A Comissão de Constituição, Justiça e Redação emitiu parecer favorável, por unanimidade, ao projeto e às Emendas nºs 01 a 21, 23 a 38, 40 a 60, 62 a 74, 76 a 80, 82 a 84, 86 a 91, 93, 95 a 145, 148, 150 a 162, tendo como relator o deputado João César Mattogrosso. A Comissão de Finanças e Orçamento emitiu parecer favorável, por maioria, ao projeto e às Emendas nºs 01 a 21, 23 a 38, 40 a 60, 62 a 74, 76 a 80, 82 a 84, 86 a 91, 93, 95 a 145, 148, 150 a 162, tendo como relator o deputado Pedrossian Neto. Em discussão.

DEPUTADO JOÃO HENRIQUE (PL) — Para discutir.

PRESIDENTE (deputado Gerson Claro - PP) — Para discutir, o deputado João Henrique.

DEPUTADO JOÃO HENRIQUE (PL) — Senhor presidente, colegas parlamentares deputados estaduais, é fácil subir numa tribuna do Legislativo e estabelecer uma crítica. É fácil criticar algum tema específico, como o aumento de tributos e a carga tributária excessiva do estado de Mato Grosso do Sul. Esses são os reflexos que o cidadão sente, essas angústias impostas sobre seus ombros, deputado Rafael Tavares. No entanto, o difícil é mostrar para a população qual é o momento de subir a esta tribuna e criticar. Nós temos três peças orçamentárias básicas e essenciais: a LDO, o PPA e a LOA. A LOA projeta os parâmetros macroeconômicos, define tributos, metas fiscais, despesas e financiamentos. Ela própria executa o PPA anterior, portanto, o orçamento público possui alguns objetivos econômicos clássicos, como a alocação de recursos em despesas, onde a iniciativa privada dificilmente conseguirá investir; tem função econômica de estabilização, controlando inflação, taxa de juros, receita fiscal, distribuição de renda e arrecadação de impostos. Assim nós teríamos uma grande oportunidade aqui para estabelecer um amplo debate de revisão da carta tributária do estado de Mato Grosso do Sul ou entender por que a conta de luz está tão cara no estado e por que essa tarifa, alterada pelo governo, está, somente agora, soltando os reflexos mais negativos sobre o contribuinte que não aguenta mais pagar tributos ao estado. Esta LOA traz uma inovação: fizemos a cobrança para que as emendas parlamentares não sejam negociadas e tratadas como um instrumento de quem está contra ou a favor do governo, mas como uma garantia, e entram agora três milhões de reais nessa LOA para a execução das emendas dos parlamentares. Quando nossa Casa Legislativa, espelho e modelo do Congresso Nacional, estabeleceu um parâmetro em torno de 1% do orçamento dividido entre as duas casas legislativas dentro do sistema bicameral, houve um incremento, nos últimos oito anos, de dez bilhões de reais no orçamento. A questão é que não houve um incremento de discussões nesta Casa sobre o que deverá ser realizado com esse orçamento. E eu subo a esta tribuna porque, às vezes, discutimos tantos projetos de cunho ideológico que nos dividem; mas neste momento é que deveríamos realizar a maior discussão deste Plenário, no qual a Assembleia tem condições de impor e fazer preponderar sua vontade sobre o Executivo. Mas talvez falte a esses parlamentares, a nós mesmos, realizar uma autocrítica, para saber se não seria este o momento — em vez de ser o ano inteiro, em várias especificidades — que deveríamos trazer um amplo debate para reduzir tributos e diminuir o imposto garantido, discutir os créditos tributários, que, todas as vezes, vão para os jornais e para as manchetes criminais; saber, deputado Rafael Tavares, ao votar uma LOA, quanto é que o estado está renunciando da sua receita para entregar a programas de fomento e de crédito fiscal; saber, deputado Rafael Tavares, quanto é que o estado está pagando em publicidade e para quem está pagando, e quanto custa aos cofres públicos, para entender se os deputados estaduais querem ver um processo licitatório de publicidade de cerca de oitenta a cem milhões de reais por ano. Isso tem uma importância muito maior do que setenta e dois milhões de reais de emenda parlamentar. Deputado Rafael Tavares, o que a Fundação de Cultura do Estado de Mato Grosso do Sul fez nas últimas peças orçamentárias ao gastar 1% do orçamento? Praticamente destinou a festas, tendas, geradores, baterias e eventos. Estou falando de 1% do orçamento do estado, que foi executado. Devemos enxergar aqui nesta Casa, que é a casa da transformação e da entrega, que 0,00 alguma coisa por cento, ou seja,

que três milhões de reais concedidos em emendas são como migalhas distribuídas aos parlamentares. A crítica que este parlamentar faz neste momento é a falta de discussão. O orçamento é nosso, não é do governo. As emendas parlamentares são nossas. Há estados entregando à população e resolvendo. Nós é que recebemos a cobrança de transformação no estado. Nós é que andamos pelos setenta e nove municípios. E essa emenda dividida, se fosse município a município, não daria trinta e sete mil reais por parlamentar para fazer a distribuição. Temos aqui um prefeito no Plenário, e eu queria ver como ele ficaria se fosse ao nosso gabinete e recebesse a informação de que um parlamentar conseguiria dar apenas trinta e sete mil reais para resolver algum problema do seu município. Mas se ele fosse na Fundação de Cultura conseguiria sair de lá com um show das personalidades locais ou nacionais, na ordem de cem, duzentos, quinhentos mil reais, para incentivar a cultura no seu município. A falta de discussão de assunção das nossas competências e responsabilidades orçamentárias, neste momento, está trazendo a diminuição do trabalho dos senhores colegas parlamentares. Nós precisamos, deputado Marcio Fernandes, ter as nossas emendas parlamentares como um pequeno exemplo dentro a LOA, para que isso seja discutido e implementado como um dever impositivo, como outras casas legislativas já fizeram, inclusive casas legislativas dos nossos edis. Digo tudo isso para criticar a velocidade da tramitação de uma das peças que tem a responsabilidade e a função de resolver problemas da população sul-mato-grossense. Senhores colegas parlamentares, quanto mais discutirmos, emendarmos e modificarmos essa peça, maior será a condição de atender a nossa população. Por isso, votarei contra essa peça orçamentária, senhor presidente.

PRESIDENTE (deputado Gerson Claro - PP) — Ainda em discussão.

DEPUTADO ZECA DO PT (PT) — Para discutir, senhor presidente.

PRESIDENTE (deputado Gerson Claro - PP) — Para discutir, o nobre deputado Zeca do PT.

DEPUTADO ZECA DO PT (PT) — Senhor presidente eu fico deveras contente em poder nesta manhã estar participando desta Sessão que vota o orçamento para 2024. Meu querido deputado Londres Machado já participou de momentos importantes da nossa história, e foi ativo na construção deste estado. Eu faço esse registro da minha satisfação, senhor presidente, porque recorrendo à memória da discussão da proposta orçamentária que vamos votar para o ano que vem, eu me lembro de que assumi o governo em janeiro de 1999; e o estado tinha arrecadado, em dezembro de 1998, no último mês o governo do MDB, quarenta milhões de reais. Isso significa que 1998 arrecadou quinhentos milhões de reais. Oito anos depois, sem aumentar absolutamente nada de imposto, a não ser a moralização da máquina pública, nós entregamos de volta ao MDB o estado arrecadando oito bilhões de reais por ano, fora os fundos que garantiam recurso carimbado para atividades, como por exemplo o Fundo de Investimento Social (FIS), o Fundo de Investimento da Cultura (FIC) e o Fundo de Investimento Esporte (FIE) e, principalmente, o Fundersul, que nesta mesma proposta orçamentária aprova o orçamento, a receita para o ano que vem, de um bilhão, quinhentos e cinquenta milhões de reais. Portanto, além da minha satisfação em ver um estado pujante, se desenvolvendo no âmbito de sua industrialização e, conseqüentemente, em seu crescimento econômico e na geração de empregos,

percebo, com toda humildade possível, que nós, do PT, temos uma parte importante na construção desse novo momento para Mato Grosso do Sul. Por essa razão, vamos votar favoravelmente à proposta orçamentária, até porque ontem, em uma reunião da bancada do PT com Sua Excelência, o governador do estado, entregamos a nossa pauta, entre outros assuntos; foram dez emendas no orçamento do ano que vem, garantindo mais oitenta e cinco milhões de reais para a agricultura familiar. Obrigado, senhor presidente.

PRESIDENTE (deputado Gerson Claro - PP) — Ainda em discussão. Antes de encerrar a discussão, apenas para não restarem dúvidas, esclarecendo o que ocorreu, quero dizer que a Mesa tem a obrigação de esclarecer aos senhores deputados: são cento e sessenta e três emendas apresentadas, deputado João Henrique, inclusive dezessete apresentadas por Vossa Excelência, sendo quinze emendas aprovadas. O projeto foi debatido nas comissões, discutido na Comissão de Constituição, Justiça e Redação, e, após a votação em primeira, voltará para a Comissão de Finanças, retornando em seguida à Comissão de Constituição, Justiça e Redação. Temos aqui mais de 90% das emendas apresentadas pelos deputados sendo aprovadas, inclusive a nossa emenda que aumenta em 50% a possibilidade de aplicação de emenda individual dos deputados, saindo de dois milhões individuais para três milhões de reais. Não é exatamente o que desejávamos, mas representa um aumento de 50% em apenas um ano. Portanto, é esse orçamento que estamos votando agora. Encerrada a discussão.

DEPUTADO JOÃO HENRIQUE (PL) — Deputado Zeca do PT, eu gostaria de cumprimentar Vossa Excelência pela capacidade que o Partido dos Trabalhadores tem em demonstrar sua força. Vossa Excelência menciona a possibilidade de um incremento em uma emenda para a agricultura familiar, com destinação de oitenta e cinco milhões de reais. Quando essas emendas dos vinte e quatro deputados se referem a setenta e dois milhões de reais em seu aumento, isso não apenas evidencia a força do PT, mas também destaca a falta de reconhecimento e importância da força dos parlamentares em conjunto. As emendas de Vossas Excelências, como bancada, servem para mostrar e implementar a transformação na matéria que levaram à sua importância. No entanto, é crucial analisar que a peça orçamentária pertence a esta Casa Legislativa e não ao governo. Não é o governo que promove um aumento nas emendas parlamentares. Nós é que temos a competência técnica constitucional legislativa para alterar, mudar, cobrar e implementar. Cabe ao governo propor o que considera importante para ele. Portanto, faço um chamamento coletivo: devemos promover a discussão e o debate no Plenário, como já fizemos diversas vezes para projetos de importância menor. Essa peça foi discutida nas comissões pertinentes, na CCJR e nas outras duas seguintes, sendo referendadas pelo Plenário, onde teríamos condições de modificar, aprimorar e melhorar significativamente minha discussão, senhor presidente.

DEPUTADO ZECA DO PT (PT) — Pela ordem, senhor presidente.

PRESIDENTE (deputado Gerson Claro - PP) — Com palavra, pela ordem, o deputado Zeca do PT.

DEPUTADO ZECA DO PT (PT) — Esclareço que estou expondo as dez emendas apresentadas pela bancada do PT, sem qualquer intenção de menosprezar colegas tão importantes com quem convivemos aqui. Na verdade, nosso objetivo é mostrar o espírito de compromisso e solidariedade que o governador Eduardo Riedel demonstra com relação a um assunto tão sensível e crucial para o desenvolvimento do estado, como é a questão da agricultura familiar. É evidente que essas emendas serão discutidas com a equipe do governador, que decidirá quais são as mais prioritárias ou os valores necessários, conforme seu entendimento, para poder destiná-las. Obrigado, senhor presidente.

DEPUTADO LIDIO LOPES (Patriota) — Pela ordem, senhor presidente.

PRESIDENTE (deputado Gerson Claro - PP) — Com palavra, pela ordem, o deputado Lidio Lopes.

DEPUTADO LIDIO LOPES (Patriota) — Presidente, eu acabo de retornar de uma conferência da Unale, onde no colegiado de parlamentares discute exatamente essa pauta: a questão das emendas parlamentares estaduais. Para nossa tristeza, mesmo com o aumento de 50% mencionado por Vossa Excelência, Mato Grosso do Sul possui o menor índice de emendas parlamentares entre os estados. Todos os estados têm aprovado de 1% a 1,5%, e às vezes até mais 1% de emendas de bancada. Ou seja, o estado que tem menos, ainda tem onze milhões de reais, deputado Pedro Kemp; e nós agora avançamos para três milhões de reais. Portanto, acredito que, com a pauta do Fundersul de cinco bilhões e de seis bilhões para os próximos quatro anos, poderíamos destinar uma parte, senhor presidente, para fazermos indicações nas nossas bases, nos municípios, com infraestrutura capaz de atender às demandas locais e prestar socorro. Isso precisa ser reconsiderado na peça orçamentária. Recentemente, representei a Unale nos Estados Unidos, e falei em quatro parlamentos. E percebi que lá, quem detém a caneta é o Parlamento, porque ele dedica seis meses para elaborar a peça orçamentária e conduzir o Executivo, determinando: "Este é o orçamento que você deve executar." Para nós, é o contrário; o Executivo elabora, e nós apenas homologamos. Assim, a diferença entre o Parlamento daqui e o de lá reside nessa força representativa, que é o que precisamos buscar aqui, para aprovar e discutir com o governador, a fim de avançarmos nesse sentido e termos um maior índice do orçamento. Isso nos permitirá melhorar e atender verdadeiramente às demandas dos municípios, que são a base dos parlamentares. Muito obrigado.

PRESIDENTE (deputado Gerson Claro - PP) — Encerrada a discussão. Em votação o Item 5. Votação aberta no painel, senhores deputados.

Projeto de Lei nº 290/2023, de autoria do Poder Executivo.

Presidente — deputado Gerson Claro (PP).

Primeiro-secretário — deputado Paulo Corrêa (PSDB).

Segundo-secretário — deputado Pedro Kemp (PT).

DEPUTADO ANTONIO VAZ (Republicanos) — Sim.

DEPUTADO CORONEL DAVID (PL) — Sim.

DEPUTADA GLEICE JANE (PT) — Sim.

DEPUTADO JAMILSON NAME (PSDB) — Sim.

DEPUTADO JOÃO CÉSAR MATTOGROSSO (PSDB) — Sim.

DEPUTADO JOÃO HENRIQUE (PL) — Não.

DEPUTADO JUNIOR MOCHI (MDB) — Sim.

DEPUTADA LIA NOGUEIRA (PSDB) — Sim.

DEPUTADO LIDIO LOPES (Patriota) — Sim.

DEPUTADO LONDRES MACHADO (PP) — Sim.

DEPUTADO LUCAS DE LIMA (PDT) — Sim.

DEPUTADA MARA CASEIRO (PSDB) — Sim.

DEPUTADO MARCIO FERNANDES (MDB) — Sim.

DEPUTADO NENO RAZUK (PL) — Sim.

DEPUTADO PAULO CORRÊA (PSDB) — Sim.

DEPUTADO PEDRO KEMP (PT) — Sim.

DEPUTADO PEDROSSIAN NETO (PSD) — Sim.

DEPUTADO PROFESSOR RINALDO (Podemos) — Sim.

DEPUTADO RAFAEL TAVARES (PRTB) — Não.

DEPUTADO RENATO CÂMARA (MDB) — Sim.

DEPUTADO ROBERTO HASHIOKA (União Brasil) — Sim.

DEPUTADO ZECA DO PT (PT) — Sim.



DEPUTADO ZÉ TEIXEIRA (PSDB) — Sim.

PRESIDENTE (deputado Gerson Claro - PP) — Encerrada a votação. Consulto o senhor segundo-secretário sobre o resultado da votação.

SEGUNDO SECRETÁRIO (deputado Pedro Kemp - PT) — Senhor presidente, são vinte e um votos favoráveis e dois contrários.

PRESIDENTE (deputado Gerson Claro - PP) — Com a presença total dos deputados na Sessão, o que é muito positivo para a democracia e para Mato Grosso do Sul, declaro aprovado o projeto de autoria do Poder Executivo, que estima a receita e fixa as despesas para o ano de 2024. O projeto seguirá para a segunda discussão, retornando às comissões antes de ser novamente discutido. Aprovado o orçamento para 2024. Item 6. Em discussão única e votação simbólica. Trinta e cinco indicações, cinco moções de congratulação e uma moção de repúdio. Em votação. Os deputados que os aprovam, permaneçam como se encontram. Aprovados. Vão ao Expediente.

DEPUTADO JOÃO HENRIQUE (PL) — Pela ordem!

PRESIDENTE (deputado Gerson Claro - PP) — Pela ordem, o deputado João Henrique.

DEPUTADO JOÃO HENRIQUE (PL) — Queria pedir vista do Item 7, senhor presidente.

PRESIDENTE (deputado Gerson Claro - PP) — Não é uma moção de pesar?

DEPUTADO JOÃO HENRIQUE (PL) — Item 7, presidente!

PRESIDENTE (deputado Gerson Claro - PP) — O item 7 é moção de pesar.

DEPUTADO JOÃO HENRIQUE (PL) — Isso!

PRESIDENTE (deputado Gerson Claro - PP) — Pedido de vista de qual moção?

DEPUTADO JOÃO HENRIQUE (PL) — Não tenho o número dela aqui, mas é da senhora Damiana.

PRESIDENTE (deputado Gerson Claro - PP) — Deputado, moção de pesar com pedido de vista...

DEPUTADO JOÃO HENRIQUE (PL) — Regimentalmente cabe, presidente, portanto, quero pedir vista.

PRESIDENTE (deputado Gerson Claro - PP) — Nós ainda não votamos o Item 7. O senhor quer que retire de pauta? O senhor quer vistas de uma moção de pesar? Esta Mesa vai conceder, com bastante pesar, deputado, porque é com bastante pesar que a gente deixa de homenagear, seja quem for, uma pessoa que faleceu. A moção de pesar que você tirou foi proposta pela deputada Gleice Jane. Moção de pesar proposta pelo deputado Junior Mochi, em razão do falecimento do senhor Mauro Souza Araújo. Em votação. Em discussão. Encerrada a discussão. Em votação. Os deputados que a aprovam, permaneçam como se encontram. Aprovada. Vai ao Expediente. Encerrada a Ordem do Dia. Daqui a pouco vamos suspender a Sessão, e depois haverá Sessão Extraordinária. Passemos às **EXPLICAÇÕES PESSOAIS**. Com a palavra, o deputado Pedro Kemp. Transferida. Com a palavra, o deputado João Henrique. Transferida. Com a palavra, o deputado Pedrossian Neto. Transferida. Com a palavra, o deputado Zeca do PT. Transferida. Com a palavra, o deputado Rafael Tavares. Transferida. Com a palavra, a deputada Gleice Jane. Transferida. Com a palavra, o deputado Lidio Lopes. Transferida. Não havendo mais inscritos nas Explicações Pessoais e nada mais havendo a tratar na Sessão Ordinária, esta Presidência vai declarar encerrada a presente Sessão. Aproveitando o intervalo, faremos homenagem à belíssima banda do município de Alcinópolis, já convido os deputados para participarem e virem ao Plenário para fazermos a entrega da homenagem à banda e, dentro de dez minutos, teremos a Sessão Extraordinária. Está encerrada (10h55min).